

## PSICÓLOGO - CLASSE C

ESPECIALIDADE: Psicólogo Judicial

PROVIMENTO: Concurso Público

ATRIBUIÇÕES ATUAIS PREVISTAS NA RESOLUÇÃO 367/2001	NOVAS ATRIBUIÇÕES PROPOSTAS PELO TJMG
* QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Graduação em curso superior de <b>Psicologia</b> e registro e/ou inscrição nos órgãos competentes.	* QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Graduação em curso superior de <b>Psicologia</b> e registro e/ou inscrição nos órgãos competentes.
- avaliar as condições intelectuais e emocionais de partes envolvidas em processos judiciais, quando determinado;	- atuar e assessorar tecnicamente em processos judiciais, elaborando laudos psicológicos, pareceres e relatórios;
- atuar em processos judiciais, como perito, elaborando laudos e pareceres, quando designado;	- avaliar as condições intelectuais e emocionais de partes envolvidas em processos judiciais, quando determinado;
- participar, quando determinado, de audiência para esclarecer aspectos técnicos em psicologia;	- realizar atendimento psicológico e encaminhar as partes para acompanhamento;
- realizar atendimento psicológico aos que recorrem a varas de família para a resolução de conflitos;	- intervir tecnicamente em audiências de conciliação;
- realizar orientação psicológica a casais, antes da entrada inicial da petição e das audiências de conciliação;	- encaminhar o paciente judiciário para tratamento à rede pública de assistência em saúde mental;

- realizar atendimento a crianças envolvidas em situações que chegam às instituições de direito, visando à preservação de sua saúde mental;	- manter contato permanente com a rede pública de assistência em saúde mental visando ao acompanhamento do paciente judiciário;
- auxiliar os juizados próprios na avaliação e assistência psicológica de menores e seus familiares;	- realizar entrevistas periódicas com o paciente judiciário, a fim de acompanhar a execução da medida judicial;
- participar da elaboração e execução de programas sócio-educativos destinados a crianças de rua, abandonadas ou infratoras;	- realizar intervenções técnicas em processos que envolvem violência doméstica, negligência e outras violações dos direitos da criança e do adolescente;
- assessorar autoridades judiciais no encaminhamento a terapias psicológicas, quando necessário;	- acompanhar visitas familiares por determinação judicial;
- atuar em pesquisas e programas de prevenção à violência;	- atuar em todas as fases do processo de adoção da criança e do adolescente;
- desenvolver estudos e pesquisas na área criminal, construindo ou adaptando instrumentos de investigação psicológica;	- atuar em pesquisas, elaboração e execução de programas de cunho protetivo ou socioeducativos;
- realizar pesquisa visando à construção e ampliação do conhecimento psicológico aplicado ao campo do direito;	- atuar, por meio de parcerias intersetoriais e equipes multidisciplinares, para estudo, planejamento, execução e acompanhamento das ações de intervenção da psicologia;
- assessorar autoridades judiciais na realização de exame criminológico previsto na Lei de Execução Penal;	- selecionar, treinar e supervisionar os estagiários de psicologia – conciliadores que atuam em audiências;

- digitar e/ou datilografar matéria relativa a sua área de atuação;	- elaborar relatórios, pareceres, atas e outros documentos relativos a sua área de atuação;
- executar atividades afins identificadas pelo superior imediato.	- zelar pelo cumprimento de padrões e de processos de trabalho estabelecidos na sua área de atuação;
	- zelar pela segurança da informação na sua área de atuação;
	- realizar viagens a comarcas do interior do Estado para executar atividades relativas a sua área de atuação;
	- substituir a chefia no seu impedimento ou afastamento, quando indicado pelo superior hierárquico;
	- participar de comissões e grupos de trabalho;
	- prestar atendimento ao público em geral;
	- executar atividades identificadas pelo superior hierárquico, inclusive no que concerne ao processo judicial eletrônico em suas variadas formas;
	- executar outras atividades afins, identificadas com o exercício das funções do cargo, conforme as normas que regem a profissão.

## PSICÓLOGO - CLASSE B

PROVIMENTO: **Promoção Vertical**

ATRIBUIÇÕES ATUAIS PREVISTAS NA RESOLUÇÃO 367/2001	NOVAS ATRIBUIÇÕES PROPOSTAS PELO TJMG PARA QUANDO O SERVIDOR SE PROMOVER À CLASSE B
* QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Conclusão de curso de <b>Pós-Graduação</b>	* QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: conclusão de curso de <b>pós-graduação</b> reconhecido por órgão governamental competente
- desenvolver estudos, pesquisas e projetos objetivando o aprimoramento do serviço e a execução de programas especiais na respectiva área de atuação, envolvendo matéria de maior complexidade, que exija conhecimentos ao nível de pós-graduação, sem prejuízo das atribuições especificadas para as classes anteriores das respectivas carreiras.	- exercer as atribuições do cargo/especialidade inicial da carreira;
	- exercer atividades de maior complexidade, compatíveis com o nível de escolaridade exigido para a classe, independentemente da sua área de lotação.